



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.518

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Resolução

**Categoria:** Título de Cidadão Honorário

**Autoria:** Odair Ferreira Oliveira

**Data:** 24/01/2023

**Descrição Sumária:** RESOLUÇÃO Nº 01, de 31/01/2023. Concede o Título de Cidadão Honorário de Montes Claros a Marcelo Vinícius Santos Chaves.

**Controle Interno – Caixa:** 70.6    **Posição:** 01    **Número de folhas:** 06

---

# RESOLUÇÃO

# Nº 01/2023

Espécie: PR

Categoria: Plenária

Subcategoria: Cidadania Honorária

CX: 186

Ordem: 01

nº fols: 04



## 31.01.2023

## Câmara Municipal de Montes Claros

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2023

AUTOR:

Ver. Odair Ferreira Oliveira.

ASSUNTO:

**Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Marcelo Vinícius Santos Chaves.**

### MOVIMENTO

1 - 24//01/0123

Comissão Especial.

2 -

3 -

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -

*REQUERIDA EM ÚNICA EM. 31.01.2023*  
*Entregue dia 18/05/2022. Oribina Ramos*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS/MG

**Resolução nº 01, de 31 de Janeiro de 2023**

**Concede Título de Cidadão Honorário  
ao sr. Marcelo Vinícius Santos Chaves**

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º** - Fica outorgado ao sr. **Marcelo Vinícius Santos Chaves**, o **Título de Cidadão Honorário de Montes Claros**, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município e ao Norte de Minas Gerais.

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 31 de Janeiro de 2023.

  
Vereador Martins Lima Filho  
Presidente da Câmara

  
Vereador Igor Gustavo Dias  
1º Secretário

<b>CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO</b>
Certifico, nos termos do Art. 38 da L.O.M., que o(a)
<u>Resolução nº 01</u>
foi afixado(a) no Quadro de Avisos Localizado no
hall do 1º piso do edifício sede da Câmara Munic.
de Montes Claros, em <u>02/02/23</u> , para se
tornar público(a).
Por ser verdade, firma a presente.
Montes Claros-MG, <u>02</u> de <u>fevereiro</u> de <u>2023</u>

  
Cláudia Maria Santos Veloso  
Gerente Administrativa



**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG  
PROCURADORIA-GERAL**

**Processo Administrativo Disciplinar nº 56/2019**  
**Interessado:** Reinaldo Jader Gomes Silveira  
**Assunto:** Conduta irregular – art. 146, inciso XIII, Lei Municipal n.º 3.175/2003

**DESPACHO**

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar as irregularidades atribuídas ao servidor **Reinaldo Jader Gomes Silveira**, ocupante do cargo de Fiscal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano, na condição de autoridade julgadora para aplicação de penalidades disciplinares nos termos do Decreto nº 3.668 de 10 de abril de 2018 cumulado com o artigo 156, inciso I da Lei Municipal nº 3.175/2003, e considerando que:

O art. 160, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, estabelece que o titular do órgão correccional, durante a tramitação do processo, em qualquer de suas fases, poderá adotar as providências ou determinar diligências necessárias, com finalidade de manter o bom andamento do processo e a melhor elucidação dos fatos nele versados;

O art. 181, §2º, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, dispõe que a comissão indicará, além do dispositivo legal ou regulamentar transgredido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, relacionadas ao caso concreto e à suposta responsabilidade do servidor público processado;

O art. 142, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, prevê que na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da suposta infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes, atenuantes e os antecedentes funcionais;

Decido pela conversão do julgamento em diligência, especificamente a fim de que sejam providenciadas a (I) juntada dos antecedentes funcionais do servidor público processado, com respectiva certidão sobre a existência ou não de processos pretéritos ou posteriores à instauração dos presentes autos; e (II) sejam carreados aos autos o histórico de desempenho do servidor processado, com a pontuação recebida para fins de contabilização de adicional de produtividade.

Desse modo, **determino** a remessa dos autos à Corregedoria-Geral para adoção das providências necessárias para cumprimento das diligências demandadas por esta autoridade julgadora, a fim de que possa ser adequadamente sopesado os critérios legais estabelecidos para aplicação de penalidade.

Após o cumprimento das diligências pretendidas, façam-se os autos conclusos à Procuradoria Adjunta de Consultoria para registro e ciência do cumprimento da diligência e juntada dos novos documentos, para que, posteriormente, seja o processo encaminhado a este órgão julgador para prosseguimento do feito e prolação de decisão administrativa definitiva.

Montes Claros, 11 de janeiro de 2023.

**Otávio Batista Rocha Machado**  
Procurador-Geral do Município  
OAB/MG n.º 89.836  
Matrícula n.º 71651-0/1

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG  
PROCURADORIA-GERAL**

**Processo Administrativo Disciplinar nº 58/2019**  
**Interessado:** José Geraldo Braz Rosa  
**Assunto:** Conduta irregular – art. 146, inciso XIII, Lei Municipal n.º 3.175/2003

**DESPACHO**

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar as irregularidades atribuídas ao servidor **José Geraldo Braz Rosa**, ocupante do cargo de Fiscal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano, na condição de autoridade julgadora para aplicação de penalidades disciplinares nos termos do Decreto nº 3.668 de 10 de abril de 2018 cumulado com o artigo 156, inciso I da Lei Municipal nº 3.175/2003, e considerando que:

O art. 160, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, estabelece que o titular do órgão correccional, durante a tramitação do processo, em qualquer de suas fases, poderá adotar as providências

ou determinar diligências necessárias, com finalidade de manter o bom andamento do processo e a melhor elucidação dos fatos nele versados;

O art. 181, §2º, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, dispõe que a comissão indicará, além do dispositivo legal ou regulamentar transgredido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, relacionadas ao caso concreto e à suposta responsabilidade do servidor público processado;

O art. 142, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, prevê que na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da suposta infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes, atenuantes e os antecedentes funcionais;

Decido pela conversão do julgamento em diligência, especificamente a fim de que sejam providenciadas a (I) juntada dos antecedentes funcionais do servidor público processado, com respectiva certidão sobre a existência ou não de processos pretéritos ou posteriores à instauração dos presentes autos; e (II) sejam carreados aos autos o histórico de desempenho do servidor processado, com a pontuação recebida para fins de contabilização de adicional de produtividade.

Desse modo, **determino** a remessa dos autos à Corregedoria-Geral para adoção das providências necessárias para cumprimento das diligências demandadas por esta autoridade julgadora, a fim de que possa ser adequadamente sopesado os critérios legais estabelecidos para aplicação de penalidade.

Após o cumprimento das diligências pretendidas, façam-se os autos conclusos à Procuradoria Adjunta de Consultoria para registro e ciência do cumprimento da diligência e juntada dos novos documentos, para que, posteriormente, seja o processo encaminhado a este órgão julgador para prosseguimento do feito e prolação de decisão administrativa definitiva.

Montes Claros, 11 de janeiro de 2023.

**Otávio Batista Rocha Machado**  
Procurador-Geral do Município  
OAB/MG n.º 89.836  
Matrícula n.º 71651-0/1

**MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG  
PROCURADORIA-GERAL**

**Processo Administrativo Disciplinar nº 59/2019**  
**Interessado:** Maria Clara Alves Fagundes  
**Assunto:** Conduta irregular – art. 146, inciso XIII, Lei Municipal n.º 3.175/2003

**DESPACHO**

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar as irregularidades atribuídas ao servidor **Maria Clara Alves Fagundes**, ocupante do cargo de Fiscal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento Urbano, na condição de autoridade julgadora para aplicação de penalidades disciplinares nos termos do Decreto nº 3.668 de 10 de abril de 2018 cumulado com o artigo 156, inciso I da Lei Municipal nº 3.175/2003, e considerando que:

O art. 160, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, estabelece que o titular do órgão correccional, durante a tramitação do processo, em qualquer de suas fases, poderá adotar as providências ou determinar diligências necessárias, com finalidade de manter o bom andamento do processo e a melhor elucidação dos fatos nele versados;

O art. 181, §2º, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, dispõe que a comissão indicará, além do dispositivo legal ou regulamentar transgredido, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, relacionadas ao caso concreto e à suposta responsabilidade do servidor público processado;

O art. 142, da Lei Municipal n.º 3.175/2003, prevê que na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e gravidade da suposta infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes, atenuantes e os antecedentes funcionais;

Decido pela conversão do julgamento em diligência, especificamente a fim de que sejam providenciadas a (I) juntada dos antecedentes funcionais do servidor público processado, com respectiva certidão sobre a existência ou não de

processos pretéritos ou posteriores à instauração dos presentes autos; (II) sejam carreados aos autos o histórico de desempenho do servidor processado, com a pontuação recebida para fins de contabilização de adicional de produtividade; e (III) posteriores avaliações de desempenho para efeito de estágio probatório.

Desse modo, **determino** a remessa dos autos à Corregedoria-Geral para adoção das providências necessárias para cumprimento das diligências demandadas por esta autoridade julgadora, a fim de que possa ser adequadamente sopesado os critérios legais estabelecidos para aplicação de penalidade.

Após o cumprimento das diligências pretendidas, façam-se os autos conclusos à Procuradoria Adjunta de Consultoria para registro e ciência do cumprimento da diligência e juntada dos novos documentos, para que, posteriormente, seja o processo encaminhado a este órgão julgador para prosseguimento do feito e prolação de decisão administrativa definitiva.

Montes Claros, 11 de janeiro de 2023.

**Otávio Batista Rocha Machado**  
Procurador-Geral do Município  
OAB/MG n.º 89.836

**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

**Resolução nº01, de 31 de Janeiro de 2023**

**Concede Título de Cidadão Honorário ao sr. Marcelo Vinícius Santos Chaves**

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

**Art. 1º-** Fica outorgado ao sr. **Marcelo Vinícius Santos Chaves**, o **Título de Cidadão Honorário de Montes Claros**, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município e ao Norte de Minas Gerais.

**Art. 2º-** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 31 de Janeiro de 2023.

**Vereador Martins Lima Filho**  
Presidente da Câmara

**Vereador Igor Gustavo Dias**  
1º Secretário



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Gabinete do Vereador Odair Ferreira Oliveira**



**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 02/2023**

A Câmara de Montes Claros aprova e, por seu Presidente, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º— Fica outorgado ao senhor Marcelo Vinicius Santos Chaves , o título de Cidadão Honorário de Montes Claros, traduzindo o reconhecimento desta Casa Legislativa pelos relevantes serviços prestados ao nosso Município e ao Norte de Minas Gerais;

Art. 2º— Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal de Montes Claros/MG, 24 de Janeiro de 2023.

  
Odair Ferreira Oliveira  
Vereador  
Montes Claros - MG

**ODAIR FERREIRA OLIVEIRA**  
Vereador

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
23 / 01 / 2023	
HORAS: 15h	
ASS: KSRbaldeing.	

50

RECEBUEIRO  
Nº 1  
19/05/2023

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE ESPECIAL  
EM 26 DE MARÇO DE 2023  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

Soma das despesas

Emssb.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **Gabinete do Vereador Odair Ferreira Oliveira**

---

#### **Marcelo Vinicius Santos Chaves**

Marcelo Vinicius Santos Chaves , nascido no dia 24 de Agosto de 1972. Filho do casal Ilton de Oliveira Chaves e Analina dos Santos Chaves. Natural de Belo Horizonte.

Ele se casou com Vanessa Pereira Aureliano Chaves , com quem teve dois preciosos e amáveis filhos, Mateus Chaves e Bianca Chaves.

Marcelo é um pai e marido extremamente amoroso, de índole honrosa e fidedigna aos seus princípios e crenças, sempre colocando a família em primeiro lugar.

Aos 14 anos trabalhou no Banco do Brasil no atendimento da Plataforma de Pessoas.

Atuou como jogador da equipe júnior do atlético mineiro.

Sempre identificando pelo esporte foi jogador de futebol de salão em uma universidade na Espanha.

Mestre em Gestão Empresarial e Competitividade, Especialista em Gestão com ênfase em Pessoas e Bacharel em Administrativa, mais de 15 anos de experiência em Gestão Administrativa, Operacional e Financeira em Empresa de Grande Porte. Carreira desenvolvida na implantação e gestão geral de instituições de Ensino Superior, com ampla vivência na elaboração de projetos acadêmicos, operação de serviços, alocação de recursos, gestão de terceiros, infraestrutura e investimento e controle orçamento, administrativo de custos, despesas, coordenação do faturamento, licitação contratos e negociações, elaboração de estratégias comerciais e de marketing.

Gestão de pessoas, atuando no recrutamento e seleção, contratação, treinamentos, readequação de quadros docente e liderança. Na área acadêmica: 5 anos de experiência lecionando para os cursos de Administração, Engenharia de produção, Contabilidade, Publicidade e Propaganda e Jornalismo. Disciplinas: Teoria Geral da Administração/ Estratégia Empresarial/ Marketing/ Planejamento e Controle Estratégico Operacional/ Pesquisa Operacional/ Gestão do Conhecimento.

Ainda na área Acadêmica recebendo mais de 30 comissões do MEC para autorização de cursos, reconhecimentos de curso, credenciamento e avaliação de IES e Centro Universitário, participando durante anos de CPA, NDE, CONSUP e CONSEP em Centro Universitário . Experiencia internacional - residente por 4 anos na cidade de Salamanca/ Espanha e 6 meses na Austrália.